

Rompendo Barreiras de um Cotidiano Invisível
O perfil da mulher vítima de violência, e as políticas públicas vigentes.

Ilda Maria de Vasconcellos Nocchi

Monografia apresentada como exigência parcial do curso de Especialização em
Psicologia- Ênfase em Infância e Família- Sob orientação da
Prf^a. Dr^a. Adriana Wagner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Porto alegre, Março/2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a meu pai Prof. Mt Enio Del Geloso Nocchi (in memória), devido a ter sido minha grande inspiração. Um exemplo de homem, que lutou muito, viveu muito e venceu muito. Uma inspiração de vida. Um homem que se dedicou ao trabalho e ao estudo, sem deixar de viver “o homem e o menino” que sempre residiram em seu coração, ensinando-nos desde muito cedo, que o conhecimento é um bem que ninguém nos tira e que nos acompanha por toda vida. Pai, muito obrigada, por teres existido e teres me dado a oportunidade de ser tua filha....

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo Alexandre, que sempre acreditou, e apostou em minhas batalhas, tendo paciência de acompanhar silenciosamente meus mergulhos de noites e dias nos livros e no computador.

Agradeço ao Raoni e à Alice, dois seres lindos que a vida me presenteou como filhos, e que de alguma forma, sem oportunidade de escolha me tiveram como mãe. Amo vocês Raoni e Alice! Muito do que sou, do que lutei e luto para ser é pela razão de ter vocês ao meu lado, a me olharem e a esperarem de mim sempre o melhor, com orgulho e com os olhos de quem acredita e espera algo de bom!!!!

Agradeço à Prf^a Dr^a Adriana Wagner e ao núcleo de pesquisa de Dinâmica das Relações familiares, em especial à Patricia Scheeren e a Viviane Ribeiro Goulart por terem me acolhido, e acompanhado minha caminhada nesta trajetória de final de curso.

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar o perfil das mulheres que sofrem violência conjugal, assim como fazer um levantamento quanto à severidade e natureza da violência sofrida. Participaram deste estudo 109 mulheres com idade entre 17 e 65 anos, residentes em um município no interior do Rio Grande do Sul. Sessenta mulheres já haviam sofrido violência por parte de seus companheiros, compondo o grupo experimental, e 49 formaram o grupo controle. Todas as participantes responderam dois questionários: um sociodemográfico e um sobre investigação da violência. A análise dos dados mostrou que 55% das participantes já havia sofrido algum tipo de violência psicológica, física ou sexual por parte do companheiro. A maioria era oficialmente casada e morava com o marido há mais de 14 anos. Trinta e cinco por cento destas mulheres viveram em família cuja mãe foi vítima de violência conjugal pelo menos uma vez e 30% foram vítimas de violência física por parte do pai durante a infância. Cinquenta e cinco por cento desta amostra sofreu violência severa e 45% violência moderada.

SUMÁRIO

Resumo.....	4
Capítulo I	
Introdução.....	8
1.1 Epidemiologia	9
1.2 Tipos de violência	9
1.3 Conseqüências da violência para a vítima e para as famílias das vítimas.....	10
1.4 Fatores de risco.....	11
1.5 Dinâmica da Violência conjugal	12
1.6 Transgeracionalidade.....	13
1.7 Rompendo a invisibilidade.....	13
Capítulo II	
Objetivos	16
Capítulo III	
Método.....	18
3.1 Participantes	18
3.2 Instrumentos e procedimentos.....	18
3.2.1 Procedimentos	18
3.2.2 Instrumentos	19
3.2.3 Ficha de dados Sociodemográficos	19
3.2.4 Questionário de investigação da violência conjugal	19
Capítulo IV	
Resultados	21
Capítulo V	
Discussão.....	23
Referências.....	26

Anexos..... 28
 Anexo A 29
 Anexo B..... 30
 Anexo C..... 34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ciclo da violência conjugal.....	12
--	----

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A palavra conjugal nos remete à união, e, conseqüentemente, nos leva a pensar em amor entre duas pessoas. Todavia, para muitas pessoas esse anseio amoroso muitas vezes vai se transformando: os príncipes vão virando sapos e os sonhos em pesadelos.

Sabe-se, pelo senso comum, que grande parte destas uniões entre casais finalizam, e que muitas destas separações terminam com violência. Entende-se, também, que os conflitos fazem parte das relações humanas, e que um dos fatores que determina o bom andamento destas relações é a capacidade de resolver ou não essas diferenças. Parece óbvio que as relações humanas sejam permeadas pelo confronto de ideias, costumes, hábitos e mesmo pela diferença de culturas familiares. Parece também evidente que a maioria das pessoas queira resolver estas diferenças, que muitas vezes transformam-se em desacertos entre quatro paredes, levantando, assim, as paredes ocultas da intimidade familiar.

Embora o tema da violência conjugal seja objeto de estudo de várias pesquisas acadêmicas, ainda existe certa invisibilidade com relação à violência sofrida pelas mulheres. Dados históricos do Brasil mostram que já na época colonial, na ordenação do reino, era permitido aos maridos “emendarem” suas esposas através do uso da chibata (Azevedo, 1985; Beissman, 1994).

A violência sugere sempre o uso de força para produzir um prejuízo (Costa & Santos, 2004). Nesse sentido, a violência conjugal é aquela praticada entre os cônjuges que vivem juntos (Cabral, 1999). Já a violência contra a mulher é aquela em que o cônjuge do sexo masculino agride a parceira do sexo feminino.

A violência entre casais pode incluir agressões físicas, assédio psicológico, atos sexuais forçados, além de isolamento do cônjuge de seus familiares e amigos, restringindo assim o acesso a informações e ajuda (Costa & Santos, 2004). Esses eventos de violência podem acontecer cotidianamente, de forma cruel e repetitiva na vida de algumas mulheres, levando a um processo de naturalização de tais situações. É algo que acontece na dimensão do silêncio e da desigualdade. Uma iminência constante à vida e a inteireza do ser que sofre (Monteiro & Souza, 2007). É uma violência que acontece em todas as classes sociais.

No entanto, a violência conjugal é mais declarada nas classes de baixa renda, com incidência de vulnerabilidade, devido ao maior número de alcoolismo, dificuldade financeira, e dificuldades nas relações familiares (Schraiber, Oliveira, et. al.2002) . A violência contra a

mulher pode ser cometida por diversos perpetradores: familiares, parceiros, e até mesmo estranhos (Schraiber, Oliveira, et. al.2002).

Visando uma melhor compreensão deste fenômeno, este trabalho visou investigar o perfil de mulheres vítimas de violência conjugal. Os dados desta pesquisa são um recorte de uma dissertação de mestrado (Scheeren, 2010), que teve por objetivo avaliar o perfil e transtornos de personalidade em mulheres vítimas de violência conjugal.

1.1 Epidemiologia

A violência física na vida adulta advinda de um companheiro, pelo menos uma vez na vida, é o fato de maior relevância nos estudos, e atinge cerca de 20% a 50% das mulheres ao redor do mundo (Schraiber, Oliveira, et. al.2002).

Segundo um relatório do IBGE, entre 1998 e 2008 foram assassinadas 42.000 mulheres, chegando a taxas anuais de 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Dentre esses homicídios contra as mulheres, 40% foram praticados em sua própria residência (Waiselfisz, 2011). Pesquisas revelam que o gasto correspondente à demanda de cuidados com as vítimas de violência, em alguns países, chega a somar 5% do Produto Interno Bruto (Opas, 2002). Entende-se, desta forma, que a violência contra mulher torna-se uma preocupação de domínio público, deixando de ser um problema privado.

Os episódios violentos tendem a ser repetitivos e se tornarem cada vez mais grave, levando a escalada da violência. Devido à gravidade dos atos, estudos apontam para um maior uso dos serviços públicos, tais como ambulatórios, centros de referências e hospitais para cuidados médicos e socioemocional das vítimas (Cabral ,2002).

Dados recentes do IBGE (2010) mostram que 68,7% das mulheres vítimas de violência são agredidas por seus próprios companheiros, maridos ou namorados. Outro dado importante encontrado nos estudos é sobre a violência praticada concomitantemente contra os filhos. Pesquisas apontam para a coocorrência destas agressões, que perpassam a mulher, atingindo a prole (Reichenheim, Dias & Moraes, 2006).

1.2 Tipos de violência

Segundo a OMP/OPS (2002), os atos de violência podem ser classificados em atos moderados e severos. Os atos moderados incluem tanto ameaças, desde que não relativas a abuso sexual e sem uso de armas, como agressões contra animais ou objetos pessoais e violência física na forma de empurrões, tapas, beliscões, sem uso de quaisquer instrumentos perfurantes,

cortantes ou que gerem contusões. Já os atos severos, abrangem as agressões físicas com lesões temporárias, ou permanentes, assim como ameaças, com uso de armas, e até mesmo queimaduras com fogo ou produtos químicos.

Ainda quanto à natureza dos atos de violência, a lei nº 11.340 em seu capítulo II, Art.7º classifica a violência em cinco tipos: a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; a violência psicológica, definida como condutas que causem danos emocionais; a violência sexual, que inclui atitudes que usem coação ou uso de força para praticar ou presenciar atos sexuais. Além disso, esta lei também prevê outras duas classificações de violência, a violência patrimonial, que seria a retirada de bens ou ganhos sob coação, e a violência moral, que também pode ser classificada dentro da violência emocional. Essas duas últimas classificações de violência não são muito referidas em estudos, possivelmente pela dificuldade de mensuração. A grande maioria das pesquisas encontradas na literatura revisada mede somente a violência física, emocional e sexual. Nesse sentido, este estudo limita-se a investigar esses três tipos de violência.

1.3 Conseqüências da violência para a vítima e para as famílias das vítimas

As conseqüências emocionais da violência sofrida na vida das mulheres agredidas incluem baixa autoestima, medo, e até mesmo sentimentos de culpa, podendo levá-las a se sentirem merecedoras da violência. O medo é o sentimento que prevalece, e até mesmo limita a busca por ajuda, fazendo, inclusive, com que minimizem a condição de violência. Isso pode acontecer por temor de que sua busca por ajuda possa fazer aumentar a ira do companheiro, caso esse venha a descobrir, podendo assim aumentar as agressões e até mesmo a possibilidade destas agressões levarem a sua morte (Monteiro & Souza, 2007).

Nesse sentido, a naturalização da violência como uma questão de gênero, faz com que haja uma banalização destes atos. Além disso, há também o desconhecimento dos aspectos legais, que poderiam contribuir para a proteção de quem sofre agressão. Essa falta de esclarecimento, sobre o que é realmente violência conjugal, junto aos aspectos culturais que levaram as mulheres ao papel de submissão e passividade, criou um espaço para a dominação masculina. Este processo de mutilação ao feminino chegou a ser considerado legítimo, o que faz com que haja a ilusão de que o companheiro não é tão mau (Monteiro & Souza, 2007).

A conduta das vítimas para lidar com as situações de violência tende a ser de isolamento, distanciamento das relações sociais, e afastamento da própria família. Comportamentos que vão dificultando cada vez mais a busca por ajuda, e aumentando a crença de muitas mulheres de que

seus comportamentos não são adequados e de que são culpadas pela violência sofrida (Monteiro & Souza, 2007).

Considerando que este é um episódio que acontece no domínio do privado, vivenciado com muita vergonha e amedrontamento, no que diz respeito à saúde destas mulheres, as consequências em nível físico destes atos de violência podem ficar ocultos e disfarçados. Estes sinais vão se tornando visíveis à medida que as pesquisas no assunto vão avançando, e que os profissionais responsáveis pelo atendimento das mulheres vão aprendendo a detectá-los. Desta forma o problema vai sendo descoberto e os danos começam a se tornar visíveis, sendo tão graves, que Monteiro (2007) chega a compará-lo com a carga negativa de doenças como HIV, enfermidades cardiovasculares, tuberculose e câncer.

Considerando a violência física, vários são os atos cometidos e as consequências sofridas. Lesões graves, roxos, fraturas, gravidez indesejada, aborto espontâneo, problemas ginecológicos, abuso de drogas, além de todos os danos emocionais (Monteiro & Souza, 2007).

Quanto às famílias das vítimas, pode-se dizer que mesmo que não sejam diretamente vítimas da violência física, sofrem também indiretamente. No caso dos filhos, estes passam pela situação de verem sua mãe sendo agredida, o que consiste também em uma forma de violência. Boa parte dos conflitos do casal resolvida de forma violenta pode vir também acompanhada de agressões cometida contra os filhos, tais como negligência, abusos psicológicos, e até mesmo abusos sexuais, atos que provocam danos muito difíceis de superar (Reichenheim, 2006).

1.4 Fatores de risco

Diante do exposto, pode-se dizer que há uma fragilidade nos sistemas públicos envolvidos nesta temática da violência familiar. É mister um planejamento efetivo para o encaminhamento e acompanhamento das situações de risco detectadas, ou dos conflitos que se tornaram visíveis (Reichenheim, 2006).

A identificação do perfil das vítimas de violência é importante porque desta forma, os profissionais a partir deste conhecimento, podem estar mais atentos aos sintomas das mulheres que surgirem em busca de atendimento. Podendo assim, a partir de algum sinal estar indo em busca de ajuda disponível nos serviços, tais como as visitas domiciliares (VD) e intervenções familiares.

Várias são as características que moldam os padrões de risco para que aconteça essa violência, embora isto não defina quem será perpetrador ou vítima. Na análise desses fatores, são levados em consideração idade, estado civil, personalidade, uso de álcool e outras drogas, baixa escolaridade, pouca inserção social da família, o papel de gênero nas famílias, e ainda o histórico

familiar. Contudo, é possível que a combinação desses diferentes fatores influencie na variação da incidência desta violência (Reichenheim, 2006). É como se o conjunto destas forças tenha como resultado uma mulher dependente emocionalmente e financeiramente de seu parceiro, sem demonstrar perspectivas de futuro (Monteiro & Souza, 2007).

É quase impossível definir as causas que sustentam uma relação marcada pela violência. Sabe-se, através de estudos já trazidos em cartilhas como o “Caderno do Ministério da Saúde” (Ministério da saúde, 2002) que alguns fatores contribuem para manutenção do ciclo da violência, como modelo familiar violento, vivências infantis de maus tratos, negligência e abuso sexual, assim como a baixa renda familiar e o uso de álcool e outras substâncias.

1.5 Dinâmica da Violência conjugal

A violência conjugal pode ser compreendida de forma dinâmica e crescente. Neste sentido, Walker (1979) propôs o ciclo da violência conjugal, constituído por três etapas, conforme ilustrado na figura 1. Primeiramente, ocorre a construção da tensão, onde começam os momentos tensos, de forma relacional e crescente, porém ainda sob controle, e racionalmente aceitos. No momento seguinte, há um crescimento na tensão inicial, que atinge seu ponto alto de descontrole e violências levadas ao máximo, para logo após passar a fase da lua de mel, momento crucial de reconstrução da relação, manifestação de sentimentos de arrependimento e de vontade de mudança, incluindo promessas de não repetição de atos de violência.

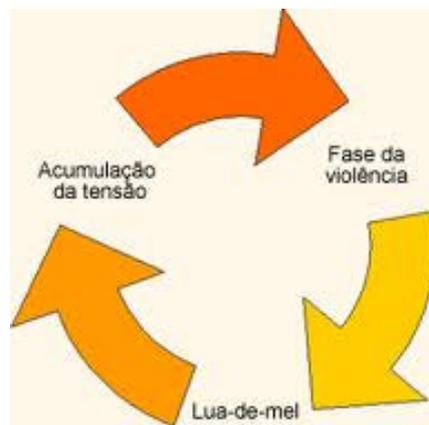


Figura 1. Ciclo da violência conjugal

Na formação desse ciclo de violência, Ravazzola (1998) refere que acontece um fenômeno de anestesia ou “duplo cego”. É como se a pessoa tornasse inconsciente o que vivenciou. O que de certa forma afirma a sobrevivência e ao mesmo tempo a mantém presa ao circuito da relação violenta. Dentro desse processo, o agressor coloca-se como sendo a vítima do companheiro ou mesmo dos filhos, pois têm medo de que esses não precisem mais dele. Nesta

fase, o agressor não consegue distinguir o que sente, não compreende os sentimentos diversos, e nem se dá conta de sua insegurança, usando assim da força corporal para dominar as atitudes dos familiares e ainda impedir a intermediação de terceiros entre sua família. A vítima, por sua vez, se sente rebaixada e deposta de capacidade para gerir qualidade em sua própria vida, pois tem como crença que deve cuidar dos outros em detrimento da própria vida, possuindo assim baixa autoestima e desconhecimento de sua força interior e capacidade de gerir seu bem-estar e autocuidado. Nestas situações, a vítima chega a sentir culpa pelas agressões que sofre, chegando a pensar que existe alguma coisa errada com ela (Falcke & Carneiro, 2011).

Dentro da ocorrência destes fatos, outro abuso que acontece vivido de forma silenciosa, é a brutalidade da exposição dos filhos às fases do ciclo da violência. Considerando que os filhos tomam o relacionamento dos progenitores como referência para seus próprios relacionamentos, o que se pode esperar das suas condutas afetivas com seus próprios parceiros ou filhos no futuro? (Falcke & Carneiro, 2011).

1.6 Transgeracionalidade

A difusão psíquica da violência entre cônjuges perpassa as gerações, pois a história da família de origem é concebida como uma herança para o sujeito ao radicar-se em seu novo grupo familiar. Ninguém vive totalmente uma nova história, mas sim se insere naquela que vem sendo desenhada pelas antigas gerações. Desta forma, as experiências vivenciadas na família de origem são os pilares das relações futuras (Falcke & Carneiro, 2011).

A busca por uniões análogas à dos pais é uma maneira de corresponder ao padrão familiar, embora muitas vezes isto não pareça ser consciente. Esse comportamento parece ser a decorrência da propagação de um modelo aprendido (Falcke & Carneiro, 2011).

A vivência constante de relações violentas, seja para si, ou como expectador, vai fazendo com que a criança vá internalizando a violência a ponto de não diferenciar o “Eu” da violência. Desta forma, é como se a única maneira de existir fosse através da atuação da violência (Winnicott, 2005).

1.7 Rompendo a invisibilidade

Foi a partir da década de 70 que a violência contra a mulher foi sendo considerado um problema de saúde pública, e passou a ocupar lugar nas políticas manifestas (Schraiber, Oliveira, et. al.2002). Neste sentido, cabe conceituar que política incide no conjunto de métodos formais e

informais que promulgam relações de poder e que se propõem à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (Ruas, 2009).

As políticas públicas surgem com o fim de intervir em conflitos inerentes à vida coletiva, em situações em que sujeitos com distintos interesses interatuam a fim de atender suas necessidades pessoais, porém, sem êxito. Diante destes conflitos, o poder público intervém com o interesse de alcançar um consenso, favorecendo o bem-estar coletivo (Bettiol, 2012).

Neste sentido, a Constituição Federal Brasileira refere, em seu primeiro artigo, o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, protegida tanto pela legislação, como pelas políticas públicas buscando-se garantir o seu exercício. A violência, seja contra mulheres, crianças, idosos, ou qualquer indivíduo, vai contra o princípio da dignidade do sujeito. Nessa perspectiva, além da violência contra a mulher ferir sua dignidade, vai também contra o respeito e a honra de todos os membros da família, que como quaisquer cidadãos merecem respeito.

No topo da conquista das políticas de proteção específica da mulher surge, em 2006, a Lei Maria da Penha promulgada pela Lei nº 11.340 de 07 de Agosto desse ano, ampliando a visibilidade do problema. Essa lei, além de coibir e prevenir a violência traz, em seus teores, penas mais severas para os agressores, assim como a implantação de juizados especiais para atender a violência doméstica familiar e contra a mulher (Oliveira & Gomes, 2011).

Neste sentido, também surge uma política para os homens, com a Lei 11.489 de 2007, que marca o dia 6 de Dezembro, como dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres. No entanto, nota-se que esta política dos Homens, ainda é muito frágil, sofrendo várias resistências dos movimentos feministas (Oliveira & Gomes, 2011).

No portal do Ministério da saúde, em 2009, surgiu a proposta da criação da política de Atenção à saúde do Homem. Tema, este já discutido por ONGS, e previsto pela Lei Maria da Penha, através da criação dos centros de reeducação de agressores, que teve o primeiro inaugurado em primeiro de março de 2009 em Nova Iguaçu, RJ (Oliveira & Gomes, 2011).

A partir do surgimento desta Política de Gêneros, e da implementação da Lei 11.340 de proteção à mulher passam a existir no cenário nacional, questionamentos sobre a execução desta lei. Surge, também, a reflexão sobre o despreparo dos profissionais da saúde e da assistência para identificação prematura destas violências, que atingem não só a mulher, mas também os filhos. Neste sentido, é indispensável um maior aprofundamento da temática, e o investimento no desenvolvimento de estratégias para prevenção, detecção precoce, e criação de serviços de apoio à mulher e a família (Reichenheim, Dias & Moraes, 2006).

Cabe, então, ressaltar que surge uma rede de proteção e serviços de apoio, composta pelos Centros de Referência da Mulher (CRM) e pelos serviços surgidos a partir da resolução

Nº109, de 11 de Novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de proteção, organizado por níveis de complexidade do SUAS. Desta forma, fica subdividido em proteção básica e proteção especial. A proteção Social Básica é o serviço de proteção e atendimento a indivíduos e à família (PAIF), e inclui o conjunto de trabalhos, programas, projetos e benefícios da assistência social que visam a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Lei nº 12.435, de 2011). Este órgão é representado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nestes serviços há trabalhos feitos para as famílias como um todo, mas geralmente representados na figura feminina, que é quem geralmente comparece nos atendimentos. São grupos de mulheres, grupos de pais, e visitas domiciliares. Intervenções estas que de alguma forma sinalizam a existência ou não de algum tipo de violência.

Já o serviço de proteção social especial (média e alta complexidade) é o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) que tenham de alguma forma vivenciado alguma situação onde algum de seus direitos tenha sido violado. Sendo assim, na média e alta complexidade, tanto a mulher como sua família é atendida. Há um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo colaborar para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o amparo de direito, o fortalecimento dos potenciais protetivos e o investimento para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Estes serviços surgem a partir da Lei nº 12.435, de 2011, através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde em alguns municípios estão acoplados aos centros de referência da mulher (CRM). Desta forma, estes aparelhos são uma porta de entrada para as mulheres que estão sendo vítimas de violência, pois são referência de encaminhamentos aos serviços de saúde, quando diagnosticadas as situações de violência. No serviço de alta complexidade incluem-se os acolhimentos em abrigos para as crianças vítimas também destas violências domésticas, casas lar, cumprimento de medidas sócio-educativas, assim como as casas abrigo de proteção para mulheres que se encontram em risco de vida.

A vigilância socioassistencial é um dos órgãos de proteção da assistência social que identifica e antecipa os casos de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (Lei nº 12.435, de 2011). Desta forma, a política de proteção da mulher além de incluir-se nas Políticas de Gênero, através da Lei Maria da Penha, inclui-se ainda na Proteção Básica como prevenção, em especial como intervenção. Sendo que, a partir desta política, ainda foram instituídos, como redes de apoio as delegacias especializadas da mulher, as casas abrigo, e os serviços voltados para denúncias a nível Nacional, tais como o disque 100 e 180.

O processo de estabelecimento destas políticas promoveu a reflexão sobre despreparo dos profissionais da saúde para diagnosticar estes casos. Os profissionais precisam ser constantemente treinados para detectar os sinais destes acontecimentos, levando em consideração, inclusive a rotatividade dos recursos humanos (Reichenheim, 2006).

Iniciativas do próprio governo federal auxiliam profissionais a estarem atentos quanto às repercussões da violência para a saúde da mulher. Um exemplo disso é o Manual de orientação para a prática em violência familiar do Ministério da Saúde. Este material assinala várias consequências, tanto físicas como mentais, para a mulher que sofre agressão: lesões, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (DST), aborto espontâneo, complicações ginecológicas, uso de drogas, ansiedade e depressão (Ministério da saúde, 2002).

Além disso, esse instrumento aponta também para sinais clínicos que podem ser decorrentes da violência, tais como a apresentação de queixas como palpitação, insônia, perturbações digestivas e irritabilidade. Também refere que os profissionais antes de medicar as mulheres agredidas devem ouvir suas histórias de vida, que muitas vezes só aparece no decorrer do acompanhamento e pela habilidade do profissional.

A fim de ajudar a identificar o diagnóstico, este manual guia os profissionais quanto às práticas. Nesse sentido, há a orientação de que os profissionais falem abertamente sobre o assunto, com perguntas diretas, tais como: você já foi agredida em casa por alguém? Você já sentiu ou sente medo de alguém em casa? Outra direção trazida neste manual aos profissionais é sobre a visita domiciliar, para que estes consigam visualizar e identificar com mais segurança as reais condições da usuária e sua família.

É imprescindível então, a ação na família como um todo, tendo um olhar mais aprofundado sobre a possibilidade da ocorrência paralela de violência, tanto no sistema conjugal como no sistema parental (Reichenheim, 2006). Sendo assim, os serviços de saúde precisam estar diretamente ligados aos órgãos que compõem a rede de apoio às vítimas de violência, como os serviços de assistência, delegacias e centros de referência da mulher (CRM).

1.8 Objetivos

Este estudo objetivou conhecer o perfil da mulher vítima de violência conjugal, assim como investigar dados prevalentes sobre a natureza dos atos cometidos e comparações entre as mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. Além disso, buscou-se apresentar brevemente as Políticas Públicas vigentes a este respeito.

O conhecimento do perfil da mulher vítima de violência conjugal pode auxiliar os profissionais na identificação dos grupos de riscos e aos sinais indicativos de ocorrência de atos

de agressão contra as mulheres que buscam atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Desta forma, os processos de capacitação dos profissionais dos serviços responsáveis pela saúde da mulher podem ser aprimorados, a fim de que estes possam ter um olhar mais atento sobre as mulheres atendidas nessas instituições.

CAPÍTULO II

MÉTODO

2.1 Participantes

Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Université Pierre Mendes- France, em Grenoble, na França (Scheeren, 2010).

Participaram desta pesquisa 109 mulheres de uma cidade do interior do RS com idade entre 17 e 65 anos ($M=36,55$; $DP= 1,11$). Dessas mulheres, 60 já haviam sido vítimas de violência física, ou verbal ou sexual por parte de seus parceiros, compondo o grupo experimental. O grupo controle foi constituído por 49 mulheres que relataram não ter sofrido violência ao longo da vida.

Quanto ao estado civil da amostra, 56,9% das mulheres eram oficialmente casadas e 43,1% coabitavam com seus companheiros. Estas mulheres moravam com estes parceiros em média a 14,37 anos ($DP=1$).

Com relação à maternidade, 67,9% destas mulheres tinham filhos, e a média de filhos por mulher era de 1,46 ($DP=0,14$). Quinze por cento destas crianças sofriam violência por parte do pai.

Com relação à renda mensal familiar, 39,4% ganhavam entre R\$ 510 e R\$ 1530 reais; 23% entre R\$2040 a R\$3060 reais; 22% renda superior a R\$3060, 14% menos de R\$510 reais.

2.2 Instrumentos e procedimentos

2.2.1 Procedimentos

Esta pesquisa aconteceu em um município no interior do Rio Grande do Sul. A escolha da cidade foi feita por conveniência, já que os pesquisadores tinham acesso ao serviço de assistência social da prefeitura. As assistentes sociais auxiliaram na coleta de dados e na escolha dos participantes, pois participaram do grupo experimental somente aquelas participantes que já haviam prestado queixa de violência conjugal. Nos primeiros contatos foi explicado o objetivo e o procedimento da pesquisa, assim como a confidencialidade dos dados revelados. Após isto foi assinado o TCLE (anexo 1).

Esta coleta ocorreu no mês de janeiro de 2010, e o tempo de realização para cada participante foi entre 30 e 40 minutos. Para efetivação deste estudo foi utilizado um questionário sociodemográfico e um teste de investigação de violência conjugal.

2.2.2 Instrumentos

As participantes da pesquisa responderam ao instrumento composto por uma ficha de dados sociodemográficos e um teste de investigação da violência conjugal.

2.2.3 Ficha de dados Sociodemográficos

Esta ficha foi elaborada com o objetivo de obter os dados sociodemográficos das participantes, tais como: idade, duração do relacionamento, status civil, escolaridade, profissão, renda mensal, filhos, religião, tipo de violência, tempo que sofre violência, motivos pelos quais não deixou o agressor, se já sofreu agressões em outros relacionamentos, frequência da violência, reações frente a violência sofrida, se os filhos sofrem violência, se ela sofreu violência durante a infância, se sua mãe sofreu, se ela já prestou queixa, se ela fala com outras pessoas sobre o que passa, e ainda se toma medicamentos (anexo 2).

Todas as participantes responderam à ficha, sendo que nas perguntas sobre violência havia uma opção de resposta para o grupo controle, com a opção: “eu nunca sofri violência”.

2.2.4 Questionário de investigação da violência conjugal

Este questionário teve como objetivo investigar se há ou houve a presença de violência psicológica, física ou sexual no relacionamento conjugal das participantes (anexo 3). É um instrumento padronizado e estruturado, que foi construído por um comitê internacional através de cooperadores em distintos países que fizeram parte de um estudo da OMS (Schraiber et al, 2007). Este questionário foi elaborado em inglês traduzido para o português, retraduzido para o inglês, e adaptado para a cultura local e nacional. Foi também pré-testado e aplicado com a população brasileira. O questionário possui 13 itens, 4 perguntas para a violência psicológica, 6 para violência física e 3 para violência sexual. Neste o participante deve optar pela resposta “sim” ou “não” para cada uma das perguntas. A análise psicométrica do questionário manifestou um alpha de Cronbach para as violências psicológica, física e sexual de 0,81; 0,66 e 0,73 respectivamente. O instrumento despontou com uma boa lógica interna entre os dados de cada medida, o que demonstra que este é fiável e válido para cada tipo de violência (Shering, 2010)

Quanto a ser considerado presente ou não a violência, era preciso ser respondido um “sim” pelo menos para cada tipo de violência. Era considerada violência moderada, quando as perguntas 1 e 2 eram afirmativas, e severas quando as demais eram proferidas como “sim”.

Desta forma esta ferramenta avalia a presença ou não de violência, assim como seu grau, entre moderada e severa. A diferença entre violência severa e moderada está calcada na probabilidade de uma ação causar dano físico ou não.

CAPÍTULO III

RESULTADOS

Este estudo contou com uma amostra de 109 mulheres. Deste total, 55% haviam sido vítimas de violência conjugal e fizeram parte do grupo experimental, e 45% nunca haviam sido vítimas de agressões por seus companheiros, fazendo parte do grupo controle.

Dentre as mulheres que haviam sofrido violência conjugal, 55% sofreram atos de maneira severa e 45% moderada. O tempo médio das agressões foi de 3,62 anos (DP=0,77). No que se refere ao tipo de violência, 36% sofreram violência física, 54,1% psicológica e 16,5% sexual.

Quanto às reações frente a estes abusos, as respostas foram as mais variadas: 25% reagiram de forma física ou verbal, 15% mentiram para os demais sobre a violência sofrida, 10% sentiram culpa, 7% recorreram à igreja, 7% procuraram ajuda de um profissional de psicologia e 4% fizeram uso de drogas.

Trinta e cinco por cento das mulheres vítimas de violência conjugal tiveram uma família onde a mãe sofreu agressão pelo companheiro pelo menos uma vez na vida. Também 30% delas foram vítimas de violência física por parte do pai durante a infância.

Com relação ao nível de escolaridade, 25,7% tinham ensino fundamental incompleto, 23,9% tinha ensino superior completo, 19% ensino superior incompleto, 6,4% ensino médio incompleto e 4,6% ensino fundamental incompleto.

Quanto a ocupação, 18,3% trabalham na prestação de serviços, 14% são professoras, 14% coordenam equipes, 14,7% são donas de casa, 12% estão desempregadas, 11% são comerciárias, 6% são faxineiras, 4,6% exercem trabalho na indústria e 2,8% são estudantes.

Ao comparar o grupo de mulheres oficialmente casadas e aquelas que coabitavam com o companheiro, foi observado que a incidência de violência é maior entre as mulheres não casadas. Esta diferença foi significativa entre os grupos ($p=0,004$).

Ainda quanto a estes resultados, pode-se constatar que existe uma diferença significativa ($p= 0,00$) entre o grupo experimental e controle no que se refere a escolaridade das participantes. A maioria das mulheres não vítimas de violência conjugal possuem escolaridade de nível superior enquanto que 50% das vítimas de violência conjugal possuem o ensino fundamental incompleto.

Quanto à profissão, os resultados mostram que no grupo experimental, a violência incide mais nas participantes que não trabalham fora, ou seja, são donas de casa ($p=0,034$). Desta forma também é maior a diferença de renda entre as mulheres vítimas e não vítimas de violência. A

maioria das mulheres vítimas de violência conjugal possui renda inferior a um salário mínimo, enquanto que as não vítimas de violência têm renda entre quatro e seis salários mínimos.

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO

A violência é uma realidade comum na vida de muitas pessoas, assim como das mulheres que fizeram parte desta pesquisa. Desta amostra, 55% já sofreram algum tipo de violência por parte de seus companheiros, sendo que 36% destas vítimas presenciaram ou foram vítimas de violência na infância, confirmando a transgeracionalidade da violência. Neste caso, pode-se verificar que 35% destas mulheres cresceram numa família onde a mãe foi vítima de violência pelo menos uma vez na vida, e também 30% sofreram violência na infância por parte do pai.

Estudos mostram que mulheres que vivenciaram alto grau de violência entre os pais na infância e mesmo violência física infligida diretamente contra elas, quando crianças, estão diretamente relacionadas aos desajustes emocionais da vida adulta (Falke & Carneiro, 2011). Com relação às questões de gênero, Gomes (2005) refere que ao presenciar durante a infância e a adolescência relações familiares violentas, os homens tendem a incorporar este modelo de masculinidade na construção de sua identidade masculina. Sendo assim, tendem a repetir o que vivenciaram em sua família de origem com suas companheiras; se o modelo aprendido foi do homem que bate na mulher, conseqüentemente terão tendência de repetir esta violência com as mulheres, com as quais se relacionam.

Os resultados também demonstram diferenças entre o grupo experimental e controle no que se refere às variáveis sociodemográficas. Desta maneira, pode-se pensar que existem variáveis de risco para a violência conjugal, como baixo nível socioeconômico, não ser casada oficialmente e baixo nível educacional. Contudo, estes dados devem ser analisados com cautela, pois a maioria das mulheres que prestam queixa de violência conjugal pertencem ao nível socioeconômico mais baixo, sendo a violência conjugal mais velada nas camadas sociais mais altas (Schraiber, Oliveira, et. al.2002)

Embora a violência doméstica ocorra na esfera do privado e da intimidade, fica a questão do quanto e como este problema foi se tornando visível e de responsabilidade do poder público. De como as barreiras densas, que tornaram invisíveis este fato foram sendo rompidas e adentradas. Do quão intensamente, os muros alto do poder, e da força de um machismo arraigado de séculos, e de um desinvestimento no feminino, foram caindo. Do quanto também, o imperativo da lei é revestido de poder e autoridade soberana, tornando possível assim a preservação da vida.

A lei 11.340 foi criada para coibir e prevenir este tipo de violência, no entanto sabe-se que ela funciona até determinado ponto. Segundo a lei, como medida protetiva, o agressor deve

ser retirado do lar, e se manter afastado da vítima no mínimo a 100 metros de distância, não podendo manter contato nem por telefone. No entanto, sabe-se que para que isto se mantenha, é necessário que haja um apoio constante da Brigada Militar, que quando acionada deverá prestar socorro à vítima, podendo inclusive prender o agressor. Sabe-se, que na maioria das vezes isto não acontece, seja por falta de efetivos, por falta de viaturas, ou até mesmo por falta de credibilidade dos oficiais servidores, que muitas vezes não levam a sério os pedidos de socorro das vítimas, chegando a ridicularizar as mulheres que chegam às delegacias.

Sabendo desta realidade, entendemos por que na maioria das vezes as vítimas não denunciam, não se separam e nem procuram ajuda. Neste estudo, 93% das vítimas já pensaram em se separar, sendo que 15% têm esperança de que o companheiro mude, e 30% ainda não se separa por medo do retorno do agressor, medo da morte, e da falta de apoio das entidades de segurança para exigirem o funcionamento da lei.

Desvendando estes dados, podemos entender um pouco desta realidade ainda velada, e pensar sobre novas formas e abordagens nas políticas públicas que possam estar trabalhando a família e o casal, como forma de prevenção. Olhar de uma maneira que ambas as partes sintam-se responsabilizadas pela situação, a qual, suas vidas se encontram naquele momento. Desta forma podemos pensar a violência como sendo relacional, uma situação que se dá entre duas pessoas adultas, que escolhem viver juntas, e que vivem em uma relação de violência (Falcke & Carneiro, 2011).

Olhando sob este aspecto será que se pode pensar em vítima e algoz numa relação conjugal? Esta forma de olhar os fatos não estaria fortificando o estereótipo da figura frágil da mulher impossibilitada de assegurar seu próprio bem estar? A partir desta visão sistêmica que foge da compreensão dicotômica do homem que bate, e da mulher que apanha, pode-se fazer outro juízo da violência conjugal, como sendo um fato interacional, inerente a dinâmica instituída na relação do casal, e inserida no ciclo da violência (Falcke & Carneiro, 2011).

Como o presente estudo se limita a desvendar o perfil das mulheres vítima de violência através de participantes que não necessariamente foram em busca de ajuda, o tamanho da amostra apresenta-se como uma limitação deste estudo. Também por ser uma amostra feita em uma pequena cidade do interior não pode ser generalizada para toda a população Brasileira, dada sua limitada representatividade.

Outro limite desta pesquisa é relacionado aos instrumentos aplicados. Sugere-se que estudos futuros façam uso do teste CTS2 para mensurar a violência conjugal, por tratar-se de um instrumento usado internacionalmente, podendo-se desta forma ser feito um estudo comparativo entre culturas diversas. Já que se sabe que existem distanciamentos culturais consideráveis com

relação a questões da mulher, sua cidadania, liberdade, e participação na vida social, fatos estes que interferem diretamente neste tipo de violência.

Recomenda-se pesquisas que investiguem mulheres que tenham ido em busca de algum serviço de apoio, como os Centro e Referência da Mulher (CRM), Centro de referência Especializado de Assistência Social, ou algum outro serviço de saúde ligado à rede pública. Tal recomendação baseia-se no fato de que esses serviços são diariamente procurados por mulheres e famílias que de alguma forma sofreram alguma violação de direito. Desse modo, esse perfim de participantes talvez pudesse verbalizar sobre a violência vivida de maneira mais natural, já que, segundo Schraiber (2002) poucas mulheres reconhecem o que vivenciam como violência. De acordo com esse autor, estas mulheres não conseguem enxergar o que acontece no privado como violência, já que acreditam que “violência” é o que ocorre no espaço público.

Como reflexão, aponta-se a necessidade de que as políticas públicas possam garantir ações de capacitação dos profissionais que mantêm contato direto com as famílias expostas a um maior grau de vulnerabilidade aos eventos de violência conjugal. Nesse sentido, sugere-se que os profissionais que atendem na básica, média e alta complexidade dos serviços públicos de saúde sejam devidamente treinados, qualificando o trabalho ofertado.

Referências

- Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres Espancadas: A Violência Denunciada*. Cortez, 176. Disponível em: <<http://libdigiinicamp.br/document/>>. (Acessado em 22/11/2012)
- Beissman, D. M (1994). *Estudo Psicossocial de Homens Agressores de Mulheres Notificados na Delegacia da Mulher de Campinas*. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 223 pp.
- Brasil. Constituição Federal do Brasil. Atualizada 2008. Até a emenda institucional Nº 56 de 20/12/2007.
- Brasil. Lei nº 11.340: título II, capítulo II, Art. 7º. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. (Acessado em 11/02/2013)
- Cabral, M. A. A. (1999). *Prevenção da Violência contra a Mulher*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1):183-191.
- Costa, L.F., e Santos, L. V. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia Teoria e Crítica*, 6 (1): 59-72. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>.
- Falcke, D., e Carneiro, F. T. Reflexões sobre a Violência Conjugal. Diferentes contextos, múltiplas expressões. In: Wagner, A. *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea Pesquisas e Reflexões*. (72-85). Porto Alegre: artmed.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. London: Sage.
- IBGE 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. (Acessado em 22/03/2013)
- LOAS. Lei Orgânica de Assistência Social. Governo Federal, 1993.
- Monteiro, S. F. C., e Souza, O. E. I. (2007). Vivência da violência conjugal: Fatos do Cotidiano. *Texto Contexto Enferm*, 16(1): 26-31. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>.

- Oliveira, K. L. C., e Gomes, R. (2011). *Homem e Violência Conjugal: Uma análise de Estudos Brasileiros*. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>. (Acessado em 19/10/2012)
- OPAS. *Violência e Saúde. Destaque*. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/mostradestnoti>>. (Acessado em 07/10/2002)
- Organizacion Panamericana de La Salud. (1998). *Violencia contra la mulher: un tema de salud prioritario*. Washington (DC): Division de Salud Familiar y Reproductiva; Division de Salud y Desarrollo Humano.
- Reichenheim, M. E., Dias, A. S., e Moraes, C. L. (2006). Co-ocorrência da violência física conjugal e contra filhos, em serviços de saúde. *Rev Saúde Pública*, 40(4): 595-603.
- Scheeren, P. (2010). *Le profil des femmes brésiliennes qui subissent la violence conjugale: une étude préliminaire*. Dissertação. Université Pierre Mendès France.
- Schraiber, L. B, d'., Oliveira, A. F., Junior, I., e Pinhoc, A. A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Rev Saúde Pública*, 36(4):470-7. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/rsp>>. (Acessado em 24/12/2012).
- SUAS. Sistema único da Assistencia Social. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da resolução nº109, de 11 de Novembro de 2009.
- Waiselfisz, J. J. (2011). *Caderno Complementar-mapa da violência 2011: homicídios de mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/mostradestnoti>>. (Acessado em 15/02/2013)

ANEXOS

Anexo A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de mestrado da Faculdade de Psicologia da Université Pierre Mendès France, na França. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Dra. Catherine Blatier, cujo objetivo é estudar a violência entre homem e mulher em um relacionamento.

Sua participação envolve responder três questionários. O primeiro tem perguntas sobre seus dados pessoais e algumas informações sobre o seu dia-a-dia. O segundo questionário é para eu conhecer um pouquinho sobre a sua relação com o seu marido/companheiro ou se você é solteira, com o seu último companheiro. O terceiro questionário tem por finalidade eu conhecer um pouco sobre as coisas que você gosta e não gosta. No início de cada questionário há uma explicação de como preenchê-lo.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão excluídas todas as informações que permitam identificá-la.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora no fone (51) 8149-1807.

Atenciosamente,

Patrícia Scheeren
PESQUISADORA

Local e data

Concordo em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

Anexo B

QUESTIONÁRIO

Abaixo você encontrará uma série de questões que me ajudarão a conhecer um pouco sobre você. Após cada pergunta há uma série de respostas possíveis. Em algumas delas você poderá marcar somente uma opção e em outras você poderá marcar mais de uma alternativa. As questões em que você poderá marcar mais de uma alternativa estão indicadas. Marque um X no quadrado com a resposta mais adequada. É importante que você responda a todas às questões.

Qual é a sua idade ? _____

Qual é a sua condição amorosa?

- () Solteira () Casada () Divorciada
 () Viúva () Mora com companheiro

Qual é o seu nível de estudo?

- () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo
 () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo
 () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

Qual a sua situação de trabalho?

- () Dona-de-casa () Desempregada
 () Empregada. Qual profissão? _____

Qual a média salarial mensal da sua família ?

- () Até 1 salário mínimo () De 1 a 3 salários mínimos
 () De 4 a 6 salários mínimos () Mais de 6 salários mínimos

Você tem filhos ?

- () Não () Sim Quantos ? _____

Você segue alguma religião?

- () Não () Católica () Protestante () Evangélica
 () Espírita () Outra

Você já sofreu ou sofre violência física da parte de algum próximo (alguma pessoa próxima/da família), como tapas, socos, empurrões ou pontapés?

() Não () Sim

Qual era ou é a sua relação com o agressor?

() Marido/companheiro () Outra pessoa da família. Qual?_____

Você já sofreu ou sofre violência verbal da parte de algum próximo (alguma pessoa próxima/da família), como xingamentos ou ameaças?

() Não () Sim

Qual era ou é a sua relação com o agressor?

() Marido/companheiro () Outra pessoa da família. Qual?_____

Há quantos anos você se relaciona com o seu marido/companheiro atual?

Se você sofre algum tipo de violência da parte deste agressor, há quanto tempo as agressões vem acontecendo?_____

Se você sofre violência de seu marido/companheiro, em algum momento você pensou em se separar?

() Não () Sim () Nunca sofri violência

Se você pensou em se separar, qual o motivo de ter permanecido na relação? (você pode marcar mais de uma opção)

() Não sofri violência () Não pensei em me separar

() Ele prometeu mudar () Medo

() Por causa dos filhos () Dificuldade financeira

() Amor pelo marido/companheiro

Quais tipos de agressão você já sofreu por parte do seu marido/companheiro atual ? (você pode marcar mais de uma opção)

- Com uma arma Força física Agressão verbal
 Chantagem Violência sexual Nenhuma das opções
 Falta de dinheiro Outra. Qual? _____

Você já teve outros relacionamentos em que sofreu algum tipo de violência ? Quantos anos você se relacionou com cada um deles?

- Não Sim Quantos ? _____

Tempo : _____

_____ Tempo: _____

Se você sofre violência, com que frequência elas ocorrem?

- Não sofreu violência Diariamente Semanalmente
 Esporadicamente Ocorreu apenas 1 vez

Diante de uma situação de violência, alguma vez você: (você pode marcar mais de uma alternativa)

- Não sofreu agressões
 Reagiu verbalmente ou fisicamente às agressões
 Mentiu para os outros sobre às agressões
 Procurou ajuda em igrejas
 Procurou ajuda em centros psicológicos
 Procurou cuidados médicos
 Sentiu-se culpada
 Foi à delegacia
 Ingeriu drogas

Se você tem filhos, eles sofrem violência da parte de seu marido/companheiro?

- Não Sim

Você sofreu violência física ou verbal quando era criança por alguém da sua família?

- Não Sim Quem ? _____

Você já presenciou cenas de violência entre os membros da sua família? Como por exemplo, agressões entre seus pais ou irmãos?

() Não () Sim

Se você sofre ou já sofreu violência, você já denunciou o agressor?

() Não () Sim () Nunca sofri violência

Se você sofre violência, você fala sobre esta situação com outras pessoas, como amigos ou outros familiares ?

() Não () Sim () Nunca sofri violência

Você toma algum medicamento regularmente?

() Não () Sim. Qual? _____

Quais são as tuas atividades de lazer ? (Você pode marcar mais de uma opção)

() Ver meus amigos () Ir ao cinema () Ler

() Olhar televisão () Escutar música () Passear

Outras atividades. Quais? _____

Anexo C

VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS

Instruções:

As afirmações abaixo têm o objetivo de ajudá-lo a analisar a maneira que você se relaciona com seu marido/companheiro. Se no momento você não tem se relacionado com alguém, pense no seu último companheiro. Algumas afirmações podem parecer corretas e outras incorretas. É importante que você tente não omitir nenhuma resposta.

Leia atentamente cada afirmação. Após cada afirmação, você encontrará duas alternativas possíveis: sim e não. Marque a alternativa “sim” quando a afirmação representa alguma situação que aconteceu no mínimo uma vez entre você e seu marido/companheiro. Marque “não” quando a alternativa for incorreta.

Circule as alternativas que melhor o descrevam.

O seu marido/companheiro já a insultou ou fez com que você se sentisse mal consigo mesma?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já a menosprezou ou humilhou na frente de outras pessoas?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já fez coisas para assustá-la ou intimidá-la de propósito?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já ameaçou ferir você ou alguém de quem você gosta?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já deu-lhe um tapa ou jogou algo em você que poderia machucá-la?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já empurrou você?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já bateu em você com o punho ou alguma outra coisa que poderia machucá-la?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já chutou você, ou arrastou-lhe ou a espancou?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já sufocou você ou a queimou de propósito?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já ameaçou usar ou realmente utilizou uma arma, faca ou outro utensílio que pudesse lhe ferir?	Sim	Não
Seu marido/companheiro já forçou você a ter relações sexuais quando você não queria?	Sim	Não
Você teve relações sexuais com seu marido/companheiro quando você não queria, porque você estava com medo do que ele poderia fazer?	Sim	Não
Seu marido/companheiro forçou você a fazer algo sexual que você achou degradante ou humilhante?	Sim	Não